



**UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO SEMI-ÁRIDO  
(UFERSA) – CAMPUS ANGICOS  
DEPARTAMENTO DE ENGENHARIAS (DENGGE)  
CURSO: ENGENHARIA CIVIL**

**LUCAS LOPES MEDEIROS**

**ACESSIBILIDADE EM UM HOTEL DE UM MUNICÍPIO DO RIO GRANDE DO  
NORTE: ESTUDO DE CASO**

**ANGICOS/RN**

**2022**

LUCAS LOPES MEDEIROS

**ACESSIBILIDADE EM UM HOTEL DE UM MUNICÍPIO DO RIO GRANDE DO  
NORTE: ESTUDO DE CASO**

Trabalho Final de Graduação apresentado  
ao Conselho do Curso de Engenharia Civil  
da Universidade Federal Rural do Semi-  
Árido como requisito para o título de  
Bacharelado em Engenharia Civil.

Orientador: Dr<sup>a</sup> Prof. Enai Taveira da  
Cunha

ANGICOS/RN

2022

© Todos os direitos estão reservados a Universidade Federal Rural do Semi-Árido. O conteúdo desta obra é de inteira responsabilidade do (a) autor (a), sendo o mesmo, passível de sanções administrativas ou penais, caso sejam infringidas as leis que regulamentam a Propriedade Intelectual, respectivamente, Patentes: Lei nº 9.279/1996 e Direitos Autorais: Lei nº 9.610/1998. O conteúdo desta obra tomar-se-á de domínio público após a data de defesa e homologação da sua respectiva ata. A mesma poderá servir de base literária para novas pesquisas, desde que a obra e seu (a) respectivo (a) autor (a) sejam devidamente citados e mencionados os seus créditos bibliográficos.

MM488 Medeiros, Lucas.  
a Acessibilidade em um hotel de um município do  
Rio Grande do Norte: Estudo de caso / Lucas  
Medeiros. - 2022.  
46 f. : il.

Orientadora: Enai Cunha.  
Monografia (graduação) - Universidade Federal  
Rural do Semi-árido, Curso de Engenharia Civil,  
2022.

1. Acessibilidade. 2. Deficiência. 3.  
Mobilidade. 4. NBR. I. Cunha, Enai, orient. II.  
Título.

**Ficha catalográfica elaborada por sistema gerador  
automático em conformidade com AACR2 e  
os dados fornecidos pelo(a).**

Biblioteca Campus Angicos  
Bibliotecário: Helder Romero Maia  
DuarteCRB: 15/673

O serviço de Geração Automática de Ficha Catalográfica para Trabalhos de Conclusão de Curso (TCC's) foi desenvolvido pelo Instituto de Ciências Matemáticas e de Computação da Universidade de São Paulo (USP) e gentilmente cedido para o Sistema de Bibliotecas da Universidade Federal Rural do Semi-Árido (SISBI-UFERSA), sendo customizado pela Superintendência de Tecnologia da Informação e Comunicação (SUTIC) sob orientação dos bibliotecários da instituição para ser adaptado às necessidades dos alunos dos Cursos de Graduação e Programas de Pós-Graduação da Universidade.

LUCAS LOPES MEDEIROS

**ACESSIBILIDADE EM UM HOTEL DE UM MUNICÍPIO DO RIO GRANDE DO  
NORTE: ESTUDO DE CASO**

Trabalho Final de Graduação apresentado  
ao Conselho do Curso de Engenharia Civil  
da Universidade Federal Rural do Semi-  
Árido como requisito para o título de  
Bacharelado em Engenharia Civil.

Orientador: Dr<sup>a</sup> Prof. Enai Taveira da  
Cunha

Aprovado em 24/11/2022

**BANCA EXAMINADORA**

---

Prof (a). Dr(a). Enai Taveira da Cunha – UFERSA/Campus Angicos  
Presidente

---

Prof (a). Dr(a). Alessandra Miranda Mendes Soares – UFERSA/Campus  
Angicos  
Membro Examinador(a)

---

Eng(a) Igor José Nascimento de Medeiros – UFERSA/Campus Angicos  
Membro Examinador

À Deus por ter guiado meus  
passos durante este curso.

## **AGRADECIMENTOS**

À Deus, pela vida.

Aos meus pais pelo amor, dedicação e incentivo.

As minhas irmãs pelo carinho e por sempre estarem ao meu lado nos momentos de dificuldades.

A minha orientadora Enai Tavera Cunha, pela disponibilidade, cobrança e incentivo na elaboração deste trabalho e aos demais membros da banca.

Aos meus amigos da faculdade e demais familiares, pela dedicação, incentivo, disponibilidade de me ajudar sempre que precisei.

Obrigado.

“Nenhuma Engenharia constrói caráter,  
mas com caráter se faz os melhores  
engenheiros.”

Jordan Lucas

## RESUMO

A acessibilidade é um assunto que com o passar do tempo vem apresentando resultados significativos frente as condições relativas aos ambientes, aparelhos e equipamentos públicos e privados comuns no nosso cotidiano. Leis e normas foram criadas visando atender as necessidades dos indivíduos com algum tipo de característica que difere dos demais frente a sociedade como o deficiente físico, a gestante ou idoso que podem apresentar dificuldades de andar ou qualquer outro tipo de situação incomum que prejudique a livre locomoção dos indivíduos. Dito isso, devem ser fiscalizados pelos órgãos competentes assim como os responsáveis pela elaboração de projetos, devem ser conscientes no ato de executar uma edificação se atentando para a promoção da acessibilidade. Diante do exposto, o presente trabalho de conclusão de curso tem como objetivo geral realizar um levantamento das condições de acessibilidade em um hotel de um município nordestino, com base na NBR 9050/2020. E como objetivos específicos têm-se listado realizar uma revisão da literatura sobre leis e normas direcionadas à acessibilidade; realizar levantamento nos espaços que compõem a edificação pesquisas, sobre as condições de acessibilidade, através de registros fotográficos e medições; verificar se no hotel existe a aplicação do Desenho Universal; identificar a aplicação da norma e proposição de adequações e criação de meios de acessibilidade para o hotel, caso esse, não esteja de acordo com a Norma NBR 9050/2020. Como procedimento metodológico, foi classificado a pesquisa como sendo um estudo de caso e exploratório, de caráter descritivo e natureza qualitativa. O objeto de estudo foi um hotel, localizado no município do Assú, estado do Rio Grande do Norte. Como conclusão foi possível constatar que o presente hotel é parcialmente acessível requerendo melhorias em pontos específicos como sinalização, piso e mobiliário.

**Palavras-Chave:** Acessibilidade. Deficiência. Mobilidade. NBR.



## **ABSTRACT**

Accessibility is a subject that, over time, has shown constant results in the face of conditions related to environments, devices and public and private equipment that are common in our daily lives. Laws and norms were created in order to meet the needs of individuals with some type of characteristic that differs from others in society, such as the physically disabled, the pregnant woman or the elderly who can withstand walking difficulties or any other type of unusual situation that impairs free movement of individuals. That said, they must be supervised by Organs competent bodies as well as those responsible for the preparation of projects, they must be aware in the act of executing a building paying attention to the promotion of accessibility. In view of the above, the present course conclusion work has the general objective of carrying out a survey of the accessibility conditions in a hotel in a northeastern municipality, based on NBR 9050/2020. And as specific objectives have been listed to carry out a literature review on laws and standards aimed at accessibility; carry out a survey in the spaces that make up the building, research on accessibility conditions, through photographic records and controls; check that there is no hotel applying Universal Design; identify the application of the standard and propose adjustments and creation of means of accessibility for the hotel, if it does not comply with Standard NBR 9050/2020. As a methodological procedure, a research was classified as a case and exploratory study, with a descriptive and qualitative character. The object of study was a hotel, located in the municipality of Assú, state of Rio Grande do Norte. As a conclusion, it was possible to verify that the current hotel is partially accessible, requiring improvements in specific points such as signaling, flooring and furniture.

**Keywords:** Accessibility. Deficiency. Mobility. laws. regulatory standard.

## LISTA DE FIGURAS

|                                                                                     |    |
|-------------------------------------------------------------------------------------|----|
| Figura 1 - Acessibilidade Universal (1), Desenho Universal (2).....                 | 17 |
| Figura 2 - Fachada do hotel no RN. ....                                             | 26 |
| Figura 3 - Acessos do hotel.....                                                    | 27 |
| Figura 4 - Medidas e Espessuras de uma rampa acessível. ....                        | 28 |
| Figura 5 - Corredores de acesso do hotel. ....                                      | 29 |
| Figura 6 - Escadas de Acessos ao piso superior do hotel. ....                       | 31 |
| Figura 7 - Banheiro acessível do hotel. ....                                        | 33 |
| Figura 8 - Banheiro acessível do hotel. ....                                        | 34 |
| Figura 9 -Disposição do restaurante e quartos do hotel. ....                        | 35 |
| Figura 10 - Dormitório acessível para o cadeirante ....                             | 36 |
| Figura 11 - Vista da área de lazer e disposição do ambiente ....                    | 37 |
| Figura 12 - Vista do banheiro acessível e vestiário da área de lazer do hotel ..... | 38 |
| Figura 13 -Vista do chuveiro e sanitário do vestiário .....                         | 38 |

## LISTA DE QUADROS

|                                                                                                  |    |
|--------------------------------------------------------------------------------------------------|----|
| Quadro 1 - Princípios do Desenho Universal.....                                                  | 18 |
| Quadro 2 - Principais providencias garantidas por lei em benefício a pessoa com deficiência..... | 21 |
| Quadro 3 - Normas direcionadas à promoção da acessibilidade .....                                | 22 |
| Quadro 4 - Requisitos e especificações para acessibilidade e Mobilidade .....                    | 23 |
| Quadro 5 - Verificação dos corredores do hotel. ....                                             | 30 |
| Quadro 6 - Conformidades e não conformidades das escadas de acesso do hotel. ....                | 32 |
| Quadro 7 - Conformidades e não conformidades do banheiro acessível do hotel. ....                | 33 |

## SUMÁRIO

|           |                                                                               |           |
|-----------|-------------------------------------------------------------------------------|-----------|
| <b>1.</b> | <b>INTRODUÇÃO .....</b>                                                       | <b>12</b> |
| 1.1       | OBJETIVOS .....                                                               | 13        |
| 1.1.1     | Objetivo geral .....                                                          | 13        |
| 1.1.2     | Objetivos específicos .....                                                   | 13        |
| <b>2.</b> | <b>REFERENCIAL TEÓRICO.....</b>                                               | <b>15</b> |
| 2.1       | ACESSIBILIDADE E DESENHO UNIVERSAL (DU).....                                  | 15        |
| 2.2       | PESSOA COM DEFICIÊNCIA.....                                                   | 18        |
| 2.3       | LEGISLAÇÃO E NORMATIZAÇÃO.....                                                | 20        |
| <b>3.</b> | <b>METODOLOGIA .....</b>                                                      | <b>25</b> |
| 3.1       | LOCAL PESQUISADO .....                                                        | 25        |
| <b>4.</b> | <b>RESULTADOS E DISCUSSÃO .....</b>                                           | <b>27</b> |
| 4.1       | ANÁLISE DAS CONDIÇÕES DE ACESSO DO HOTEL.....                                 | 27        |
| 4.2       | ANÁLISE DAS CONDIÇÕES DOS CORREDORES DE TRÂNSITO DE<br>PESSOAS DO HOTEL ..... | 29        |
| 4.3       | ESCADAS DE ACESSO AOS AMBIENTES.....                                          | 31        |
| 4.4       | BANHEIRO ACESSÍVEL DO HOTEL.....                                              | 33        |
| 4.5       | RESTAURANTE E QUARTOS DO HOTEL.....                                           | 35        |
| 4.6       | ÁREA DE LAZER E CONVIVÊNCIA DO HOTEL .....                                    | 36        |
| <b>5</b>  | <b>CONSIDERAÇÕES FINAIS .....</b>                                             | <b>40</b> |
|           | <b>REFERENCIAS .....</b>                                                      | <b>42</b> |

## 1. INTRODUÇÃO

Na medida em que os anos vão se passando, é tido com mais frequência discussões norteadoras sobre a acessibilidade e mobilidade das pessoas com deficiência em variados locais de acesso ao público ou privado.

Em um contexto geral, a sociedade está em uma constância quanto as transformações para melhoria de vida das pessoas sejam essas com ou sem deficiência. E tal melhoria das condições partem da inclusão ou adaptação de meios para recebimento das pessoas em edificações e transportes (DINIZ, 2021).

Cabe-se frisar que todo e qualquer cidadão tem direitos assegurados pela Constituição Federal de 1988, de poder ir e vir com condições ideais de acesso e mobilidade facilitada, tendo o menor grau de risco possível de acidentes. No entanto, possivelmente, a grande maioria das edificações podem apresentar meios e condições deficitárias que pode ser considerado algo comum para o cotidiano. (CREA, 2019).

Destarte, para que sejam promovidos ações que garantam o direito de ir e vir sem exclusão de indivíduos com suas devidas particularidades, a sociedade deve entender e respeitar princípios, condições e particularidades de cada indivíduo. Sem a capacidade de exercer o respeito mútuo poderá acarretar em impactos negativos da pessoas com deficiência ou sem deficiência como é o caso das pessoas com idades mais avançadas (MELO, 2020).

Visto isso, ainda de acordo com Melo (2020), O respeito não está restrito a apenas a educação no atendimento de hierarquia, podendo ser praticado nas formas de se expressar, de executar, de compreender tudo o que gira em torno de um mundo cada vez mais desenvolvido.

A partir da compreensão em um contexto geral da sociedade cada vez mais exigente, a acessibilidade ideal poderá ser concebida mediante a capacidade das pessoas de prever as ações que podem ocorrer, seja em um hospital, transporte, praça, clube e etc.

Direcionando o tema acessibilidade a área hoteleira, a realidade não se modifica, pois as pessoas com deficiência e mobilidade reduzida podem se deparar com barreiras e empecilhos no uso das instalações e equipamentos de hotéis, pousadas, hostels e afins, onde podem não haver profissionais capacitados para atender as pessoas com deficiência e mobilidade reduzida (CARDOSO, 2018).

Assim, para garantir os direitos das pessoas com deficiência, existem Leis, Decretos, Portarias e Normas que devem ser usadas e compreendidas para que possam existir a promoção da acessibilidade para os transeuntes de espaços hoteleiros e qualquer outro tipo de espaço ou edificação que receba pessoas com ou se deficiência física (LODI, 2016).

Sendo algo comum no cotidiano, a promoção da acessibilidades em hotéis pode acarretar em melhores resultados quanto a parte econômica e financeira, assim como uma alternativa mais procurada em regiões que possam não contar com tais requisitos que atendam os princípios de acessibilidade e mobilidade das pessoas em geral.

Com isso, tomando como ponto de partida a escolha do tema acessibilidade em um hotel, a pesquisa possui como problema: Quais fatores determinam que o hotel investigado promove acessibilidade e se este está apto a receber em seu ambiente físico pessoas com deficiência e mobilidade reduzida?

## 1.1 OBJETIVOS

### 1.1.1 Objetivo geral

O presente trabalho tem como objetivo geral realizar um levantamento das condições de acessibilidade em um hotel de um município nordestino (um hotel), com base na NBR 9050/2020.

### 1.1.2 Objetivos específicos

- Realizar uma revisão da literatura sobre leis e normas direcionadas à acessibilidade;
- Realizar levantamento nos espaços que compões da edificação pesquisada (um hotel), sobre as condições de acessibilidade, através de registros fotográficos e medições;
- Verificar se no hotel existe a aplicação do Desenho Universal;
- Identificar a aplicação da norma e proposição de adequações e criação de meios de acessibilidade para o hotel, caso esse, não esteja de acordo com a Norma NBR 9050/2020.

O tema escolhido tem como justificativa devido a necessidade de idealizar e promover o ambiente ideal de um hotel, frente as características construtivas, levando em consideração as dimensões de portas, calçadas e corredores como também os aparelhos para uso, tendo como princípio a necessidade de aproveitamento de espaços se diferenciar os indivíduos e suas particularidades.

Diante do exposto, será possível entender o quão importante é a promoção desse tipo de ação frente a sociedade. A execução de ações para adaptação e construção de meios acessíveis em um hotel resultara em benefícios financeiros e sociais aos olhos de todos.

## 2. REFERENCIAL TEÓRICO

### 2.1 ACESSIBILIDADE E DESENHO UNIVERSAL (DU)

O mundo passa por constantes mudanças e com tais mudanças alguns temas ganham notoriedade como é o caso da Acessibilidade que é tema de constantes debates. Isso se justifica devido a tal termo ser direcionado a pessoas com deficiência e mobilidade reduzida, ao qual faz menções a ações que visam garantir o acesso à locais, assim como a livre locomoção facilmente (CARDOSO, 2018).

Primeiramente, de acordo com Ghiraldi (2014), define Acessibilidade, como recurso capaz de permitir ao indivíduo de forma segura, realizar o acesso a ambientes, assim como a sua devida mobilidade. O autor ainda enfatiza que é por meio da acessibilidade que são criados, inseridos e adaptados recursos necessários para atender as necessidades de cada indivíduo (GHIRALDI, 2014).

O termo acessibilidade teve associação de conceito, apenas na Década de 40, oriundo das ações e serviços destinados a reabilitação física e profissional dos indivíduos. Anteposto a tal década, assuntos que norteavam assim como as ações eram considerados dispendiosos (NASCIMENTO JUNIOR, 2019).

Os dispêndios ao qual foram mencionados pelo autor, é em relação à arquitetura das edificações, suas barreiras que tornavam a acessibilidade e mobilidade de pessoas com deficiência mais complicadas, gerando riscos.

Para tanto, Diniz (2021), tanto acessibilidade quanto a mobilidade se correlacionam, existindo assim uma dependência da segunda em função da primeira, devido mobilidade promover eventos em um local passíveis de acontecer. Já acessibilidade, dispõe de meios ao qual permite que a pessoa com deficiência consiga acessar e locomover-se de maneira mais fácil nos ambientes com menos barreiras.

Assim, as ações provenientes da acessibilidade são condicionadas tendo como objetivo tornar-se de fácil acesso ambientes e transportes, afetando de maneira positiva a mobilidade das pessoas em geral, dando assim um dado grau de equidade entre os transitantes independente de suas características e particularidades (DINIZ, 2021).

Em outras palavras, o autor do parágrafo anterior insere não apenas as pessoas com deficiência como sendo o único público favorecido, tendo como



beneficiários também as pessoas com mobilidade reduzida e demais indivíduos que não careçam de meios acessíveis para locomoverem.

No entanto, as pessoas sem deficiência, devem ter a capacidade perceptiva assim como o conhecimento mínimo para proceder diante das adversidades, quando executarem projetos de edificações, transportes e afins, devem esses tomarem ciência das exigências dispostas em leis, assim como as normatizações vigentes para promover acessibilidade e mobilidade que serão resultados de seus trabalhos (NASCIMENTO JUNIOR, 2019).

De acordo com Sassaki (2009, p. 1-2), existem seis dimensões ao qual se distribuem a acessibilidade, das quais, são:

[...] arquitetônica (sem barreiras físicas), comunicacional (sem barreiras na comunicação entre pessoas), metodológica (sem barreiras nos métodos e técnicas de lazer, trabalho, educação etc.), instrumental (sem barreiras instrumentos, ferramentas, utensílios etc.), programática (sem barreiras embutidas em políticas públicas, legislações, normas etc.) e atitudinal (sem preconceitos, estereótipos, estigmas e discriminações nos comportamentos da sociedade para pessoas que têm deficiência).

A acessibilidade arquitetônica é necessária principalmente em espaços físicos e em edificações ao qual, essas devem ser concebidas na fase de projeto ou adequadas de forma a eliminar ou mitigar as barreiras físicas. A presença de meios para promover as comunicações e eliminação das barreiras, serve para o acesso ao conteúdo por parte de pessoas com dificuldades sensoriais, tais como as pessoas com dificuldade de visão, deficiência ou dificuldade auditiva e dificuldade na fala (CARDOSO, 2018).

Ainda de acordo com Cardoso (2018), a acessibilidade definida como metodológica visa a eliminação de barreiras a partir da utilização de métodos de ensino, assim como técnicas de lazer, visando promover a inclusão sem prejudicar a aprendizagem através de meios didáticos frente a pessoas e suas características cognitivas, sensoriais ou locomotoras.

Quanto a acessibilidade instrumental é aquela que promove o fácil manuseio de objetos em um contexto geral, permitindo o acesso à pessoas com mobilidade reduzidas. Já acessibilidade programática é perceptível quando ocorre a eliminação de barreiras invisíveis englobadas nas leis, em normas que tendem a não favorecer o as pessoas com deficiência (SASSAKI, 2009).

De acordo com Cardoso (20198), a acessibilidade atitudinal visa extinguir barreiras comportamentais da sociedade, frente as pessoas com deficiência e mobilidade reduzida, visando a inclusão desse, em atividades ao qual todos os indivíduos tem direito, reprimindo e abominando o tratamento preconceituoso e discriminatório que ainda estão presentes nas relações sociais.

Ainda para Sassaki (2009), a acessibilidade é tida como uma qualidade que pode ter a facilidade trabalhando em conjunto e sendo essa projetada com base nos princípios do Desenho Universal (DU), poderá beneficiar os indivíduos, com ou se deficiência.

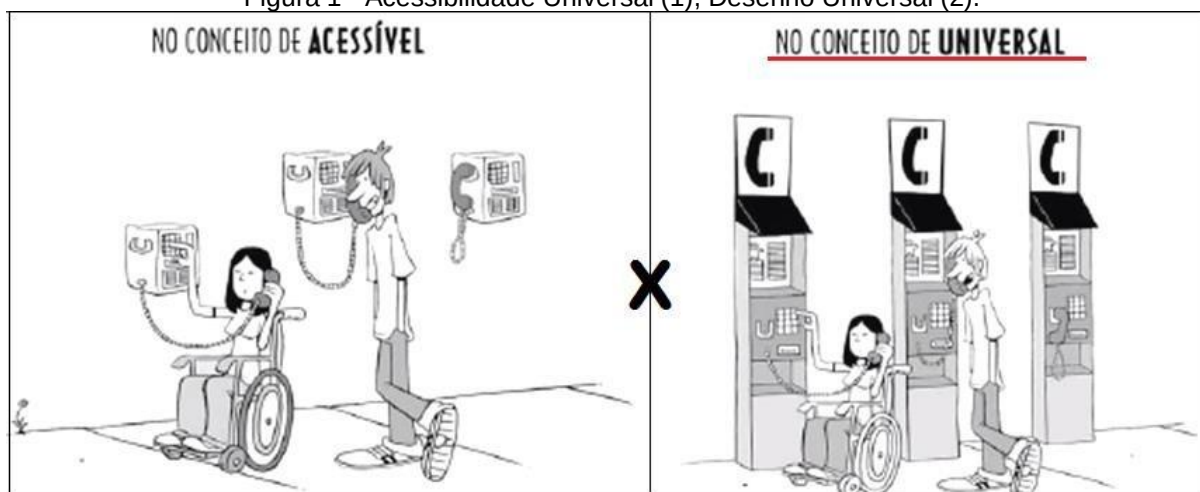
Promover a acessibilidade parte da adequação das situações dos aparelhos no cotidiano, baseando-se no princípio da equidade onde tem-se a ideia de igualdade independentemente da condição física, ao qual tudo deve ser apresentado em condições iguais para todos, seja esse um produto ou serviço (SILVA, 2020).

Já o Desenho Universal (DU), foi criado objetivando uma execução e conclusão sem a existência de obstáculos, adaptando se necessário o que já foi realizado, proporcionando acessibilidade a favor de pessoas com e sem deficiência (SILVA, 2020).

De fato, apesar das semelhanças, existe uma diferença da Acessibilidade Universal e do Desenho Universal. A primeira adequa o que já existe em determinado local para a pessoa com deficiência. E o segundo, proporciona uma condição dos ou nos locais de uso para os indivíduos como um todo (DINIZ, 2021).

A Figura 1, apresenta como realmente se diferenciam a acessibilidade universal e o Desenho Universal, de forma simples e prática.

Figura 1 - Acessibilidade Universal (1), Desenho Universal (2).



Fonte: Casadaptada.com.br (2022).

Como podem ser vistos na Figura 1, as duas representações apresentam dado grau de acessibilidade ao qual o Desenho Universal além de promover a ação, possibilita a sensação de igualdade que acarreta em um maior bem estar.

Para Xavier (2013), o Desenho Universal por meio dos seus princípios, estabelece maior inclusão que acarreta na sensação de uma qualidade de vida elevada para os envolvidos, com devido respeito as limitações e particularidades de todos os indivíduos. O Quadro 1, apresenta os sete princípios fundamentais do Desenho Universal.

Quadro 1 - Princípios do Desenho Universal.

| <b>7 PRINCÍPIOS</b>                     | <b>DEFINIÇÃO</b>                                                                                                                |
|-----------------------------------------|---------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|
| Uso equiparável                         | É um tipo de design que permite o uso do ambiente ou elemento espacial por diversas pessoas, independentemente de sua condição. |
| Flexibilidade no uso                    | O design é flexível e atende as condições dos indivíduos, suas preferências e habilidades.                                      |
| Uso simples e intuitivo                 | O uso do design é de fácil compreensão, sendo esse comumente visto por meio da promoção de placas e seus respectivos sinais.    |
| Informação perceptível                  | O design é simples e pode ser transmitido por meio verbal, virtual ou tátil.                                                    |
| Tolerância ao erro                      | O design minimiza o risco por meio de sinais, avisos sonoros, pisos táteis, e afins.                                            |
| Baixo esforço físico                    | Quando há a presença de sensores para realização das ações como sensores de portas, torneiras, entre outros                     |
| Tamanho e espaço para aproximação e uso | O design oferece espaços e dimensões dentro do ideal, independente da condição física do indivíduo.                             |

Fonte: Adaptado de Queiroz (2014, p. 15).

Quando bem executado, o Desenho Universal pode ser mais importante do que aparenta ser. Ou seja, quando ocorre um planejamento adequado, com envolvidos dos dois lados (executantes e usuário), tomando como base as normas regulamentadoras, podem ser realizadas edificações que proporcionem aos indivíduos a sensação igualitária das pessoas com e sem deficiência (SILVA, 2020).

Nos dias de hoje, o Desenho Universal está presente nas edificações recentes, pelo fato de ser cabível e necessário a garantia de segurança dos indivíduos com ou sem deficiência. Se basear nos princípios do Desenho Universal, acarretará no atendimento de condições e meios para acessibilidade, ao qual trará benefícios para todos, contribuindo assim para uma sociedade melhor (DINIZ, 2021).

## 2.2 PESSOA COM DEFICIÊNCIA

Já fazem algumas décadas que o termo composto que define a condição de uma pessoa especial vem eliminando barreiras e obstáculos e combatendo com maior

força variados termos pejorativos que tem como finalidade ofender, diminuir e afetar negativamente o psicológico dos indivíduos que possuem especialidades. Tal termo composto é o “Pessoa Com Deficiência ou PcD” (CAMPELO, 2016).

Dentre os termos pejorativos direcionados as pessoas com deficiência, de acordo com Campelo (2016), podem ser citados: cegueta, retardados, aleijados, entre outros.

Situações desagradáveis ocorrem constantemente no cotidiano onde sempre são explanados o lado negativo da deficiência, e para minimizar as situações desagradáveis frente a sociedade, a terminologia direcionada a pessoas com deficiência passou por modificações ao qual sempre objetivou a melhor maneira da determinação da especialidade (LOPES, 2018).

Assim, Campelo (2016), traz as seguintes terminologias desde sua origem cronológica até a usual da atualidade:

- a) Pessoas Deficientes - apesar do avanço em relação às outras por aparecer a figura da pessoa como ser humano, ela não é adequada, pois enfatiza a deficiência em detrimento da pessoa;
- b) Pessoas Portadoras de Deficiência – é errônea da mesma forma, pois quem porta algo pode deixar de portar, e a deficiência faz parte da pessoa; ela tem uma deficiência e não é “portadora dela”, ou a carrega. Nessa definição há uma clara valorização da deficiência, que é tratada como objeto;
- c) Pessoas com Necessidades Especiais - que também não é uma nomenclatura adequada, uma vez que necessidades especiais também englobam todas as pessoas que necessitam de atenção especial, como crianças, mulheres grávidas e idosos, não sendo, pois, exclusiva para pessoas com deficiência, sendo mais genérica (CAMPELO, 2016, p. 10-11).

O termo usado atualmente tende a englobar não apenas as pessoas com deficiência, como também aquelas pessoas que tem a mobilidade afetada por motivos externos como os idosos, as gestantes, entre outros (SASSAKI, 2003).

Outra denominação que Sassaki (2003), elencou ter sido deixado de ser utilizada é expressão pessoa portadora de deficiência, eliminando a ideia de que o indivíduo carrega literalmente a deficiência. Essa mudança de terminologia foi acordada em âmbito nacional e internacional.

Colaborando com Sassaki (2003), Oliveira et al. (2008, p. 12), complementa:

“Pessoas com deficiência”, passa a ser o termo preferido por um número cada vez maior de adeptos, boa parte dos quais é constituída por pessoas com deficiência. Elas esclareceram que não são “portadoras de deficiência” e que não querem ser chamadas com tal nome.

A disposição da terminologia Pessoa com Deficiência (PcD), foi originada na Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência, no primeiro trimestre do ano de 2007, em Nova York-EUA, e posteriormente promulgada pelo Brasil e pelo mundo. Em relação ao Brasil, tal expressão entrou em vigor mediante ao Decreto nº. 6.949 de 25 de agosto de 2009 (Constituição Federal de 1988).

A partir desse momento é posto em evidência com mais força os direitos civis através da criação da Norma Constitucional, tido como a maior aquisição na luta pelos direitos da pessoas com deficiência no Brasil.

É compreensível e de fácil visualização que “pessoa com deficiência”, gera uma dada intenção de não direcionar a evidenciação da deficiência de certo indivíduo, enfatizando a deficiência de forma mais sutil sem a presença da dúvida quanto as potencialidades da pessoa com deficiência (CAMPELO, 2016).

O uso da expressão pessoa com deficiência apresenta as capacidades cognitivas possivelmente aceitáveis pela sociedade, minimizando a ideia de incapacitação no ato de execução de atividades, até então considerada não apropriada para pessoas com deficiência (PATRÍCIO, 2017).

A importância do uso correto do termo é fundamental, isso porque, para Bublitz:

Encontrar a terminologia melhor adequada para designar um grupo de pessoas é de fundamental importância para a sua proteção jurídica, pois também pela linguagem se revela ou se oculta o respeito ou a discriminação. Vale ainda ressaltar que o destaque que se procura conferir às terminologias em comento deriva do fato de que a questão semântica, sobretudo na seara dos direitos fundamentais, tem uma perspectiva de inegável valor. Dizer que as palavras são apenas palavras e não servem para modificar a realidade é uma inverdade, ainda mais quando de fácil assimilação passam para o jargão e o gosto popular, podendo gerar mais preconceitos e tornarem-se até ofensivas (2015, p. 22).

Entretanto, para Lopes (2018), apesar de não haver uma nomenclatura tida como correta e única para nomear a pessoa deficiente, não impede de que a sociedade adote para si, a melhor denominação que não exponha negativamente um indivíduo e suas particularidades. Ações como essa de atribuir um nome correto para a condição do indivíduo, irá colaborar para a extinção do uso de termos pejorativos e preconceitos.

## 2.3 LEGISLAÇÃO E NORMATIZAÇÃO

No ano 2000, em 19 de dezembro foi disposto no Brasil trechos direcionados a acessibilidade em ambientes arquitetônicos ou em transportes, que vigorou para

estabelecer normas direcionadas a acessibilidade das pessoas com deficiência e também pessoas com mobilidade reduzida (SLOBOJA, 2014).

Esses trechos contribuíram para a criação da Lei da Acessibilidade que teve como finalidade remover os obstáculos no cotidiano da pessoa com deficiência. Partindo da promoção de ações que visa eliminar barreiras em edificações de acesso ao público, das vias públicas, assim como a inserção de mobiliário acessível, (SLOBOJA, 2014).

Já em 6 de junho de 2015, foi disposta a Lei Nº 13.146, denominada de Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência, que nas páginas apresentou regras e normas para assegurar a segurança e inclusão social das pessoas com deficiência (BRASIL, 2015).

No Quadro 2, são apresentados as principais disposições direcionadas para a promoção dos direitos das pessoas com deficiência.

Quadro 2 - Principais providencias garantidas por lei em benefício a pessoa com deficiência.

| LEIS E NORMAS                                 | DISPOSIÇÃO                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                  |
|-----------------------------------------------|---------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|
| Braile: Lei nº 4.169 de 4 de dezembro de 1962 | É garantida por Lei a utilização do Sistema Braille para leitura e escrita de pessoas cegas em todo território nacional. “Art. 1º São oficializadas e de uso obrigatório em todo o território nacional, as convenções Braille, para uso na escrita e leitura dos cegos” O uso do Braille pode ser aplicado a estabelecimentos hoteleiros em, por exemplo, cardápios de restaurante, nos botões e placas de informações dos elevadores, etc. |
| Lei nº 4.613/65                               | Obrigatoriedade da isenção de impostos de importação de veículos especiais destinados a pessoas com deficiência.                                                                                                                                                                                                                                                                                                                            |
| Resolução nº 3.447/75                         | Na década de 1971 é criada a Declaração dos Direitos das Pessoas com Deficiência Mental. E em 1975, por meio da Resolução nº 3.447, foi aprovada a Declaração dos Direitos das Pessoas Deficientes                                                                                                                                                                                                                                          |
| Resolução nº 123/81                           | O ano de 1981, foi proclamado como o Ano Internacional das Pessoas Portadoras de Deficiência.                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                               |
| Lei nº 7.405/85                               | Obrigatoriedade da colocação do Símbolo Internacional de Acesso.                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                            |
| NBR 9050/85                                   | Foi criado por intermédio da Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT), a NBR 9050 - Acessibilidade a Edificações Mobiliário, Espaços e Equipamentos Urbanos.                                                                                                                                                                                                                                                                         |
| Lei nº 7.853/99 (Decreto nº. 3.298)           | Criada a Política Nacional para a Integração da Pessoa Portadora de Deficiência, consolidando as normas de proteção e dando outras providências.                                                                                                                                                                                                                                                                                            |
| Lei nº 10.048/00 (08/11/2000)                 | É criada e fica conhecida como Lei da Acessibilidade, dá prioridade ao atendimento às pessoas que especifica, dando outras providências.                                                                                                                                                                                                                                                                                                    |
| Lei nº 10.048/00 (19/12/2000)                 | Entra em vigor tal lei estabelecendo normas gerais e critérios básicos para a promoção da acessibilidade das pessoas com deficiência ou com mobilidade reduzida, e dando outras providências.                                                                                                                                                                                                                                               |
| Lei nº 10.048/00 decreto nº. 5.296            | É regulamentado em 02/12/2004 normas gerais e critérios básicos para a promoção da acessibilidade das pessoas com deficiência ou com mobilidade reduzida, dando outras providências.                                                                                                                                                                                                                                                        |
| Lei nº 13.146/2015                            | Responsável por instituir a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência – Estatuto da Pessoa com Deficiência – com a finalidade de assegurar e promover, em condições de igualdade, o exercício dos direitos e das liberdades fundamentais por pessoa com deficiência visando a sua inclusão social e cidadania.                                                                                                                   |

Fonte: Ghiraldi (2014); Khnayfes (2011); Spomber (2019).

Quando é inexistente as condições mínimas de acessibilidade e mobilidade em edificações vai na contramão do que vem dizendo o princípio da dignidade da pessoa humana onde:

[...] temos por dignidade da pessoa humana a qualidade intrínseca e distintiva reconhecida em cada ser humano que o faz merecedor do mesmo respeito e consideração por parte do Estado e da comunidade, implicando, neste sentido, um complexo de direitos e deveres fundamentais que assegurem a pessoa tanto contra todo e qualquer ato de cunho degradante e desumano, como venham a lhe garantir as condições existenciais mínimas para uma vida saudável, além de propiciar e promover sua participação ativa e corresponsável nos destinos da própria existência e da vida em comunhão com os demais seres humanos, mediante o devido respeito aos demais seres que integram a rede da vida (SARLET, 2009, p. 67).

Na Constituição Federal de 1988, em suas linhas vem trazendo que todo indivíduo tem o direito de ir e vir, assim como de ser livre para opinar sobre qualquer assunto. É a Constituição que assegura aos indivíduos, equidade em qualquer situação sem haver discriminação (NEVES, 2012).

É imprescindível que sejam realizadas campanhas, ações e movimentos para incentivar a disponibilização de recursos de acessibilidade e a mobilidade em qualquer ambiente, sejam em vias públicas, em hotéis, edifícios e etc.

Como forma de direcionar os responsáveis quanto a execução de edificações que atendam às necessidades das pessoas deficientes a Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT), traz algumas um variado conglomerados de normas direcionadas a acessibilidade e mobilidade da pessoa com deficiência, vistas a seguir no Quadro 3.

Quadro 3 - Normas direcionadas à promoção da acessibilidade.

| <b>NORMAS</b> | <b>ESPECIFICAÇÃO</b>                                                                                                                                     |
|---------------|----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|
| NBR 9050/2020 | Acessibilidade a Edificações Mobiliário, Espaços e Equipamentos Urbanos.                                                                                 |
| NBR 13994     | NBR 13994 – Elevadores de Passageiros – Elevadores para Transportes de Pessoa Portadora de Deficiência;                                                  |
| NBR 14020     | Acessibilidade a Pessoa Portadora de Deficiência – Trem de Longo Percurso;                                                                               |
| NBR 14021     | Transporte - Acessibilidade no sistema de trem urbano ou metropolitano;                                                                                  |
| NBR 14273     | Acessibilidade a Pessoa Portadora de Deficiência no Transporte Aéreo Comercial;                                                                          |
| NBR 14970-1   | Acessibilidade em Veículos Automotores- Requisitos de Dirigibilidade;                                                                                    |
| NBR 14970-2   | Acessibilidade em Veículos Automotores- Diretrizes para avaliação clínica de condutor;                                                                   |
| NBR 14970-3   | Acessibilidade em Veículos Automotores- Diretrizes para avaliação da dirigibilidade do condutor com mobilidade reduzida em veículo automotor apropriado; |
| NBR 15250     | Acessibilidade em caixa de auto-atendimento bancário;                                                                                                    |
| NBR 15290     | Acessibilidade em comunicação na televisão;                                                                                                              |

|                |                                                                                                                                      |
|----------------|--------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|
| NBR 15320:2005 | Acessibilidade à pessoa com deficiência no transporte rodoviário;                                                                    |
| NBR 14022:2006 | Acessibilidade em veículos de características urbanas para o transporte coletivo de passageiro;                                      |
| NBR 15450:2006 | Acessibilidade de passageiro no sistema de transporte aquaviário;                                                                    |
| NBR 15570      | Transporte - Especificações técnicas para fabricação de veículos de características urbanas para transporte coletivo de passageiros; |
| NBR 16001      | Responsabilidade social - Sistema da gestão - Requisitos;                                                                            |
| NBR 15599      | Acessibilidade - Comunicação na Prestação de Serviços.                                                                               |

Fonte: Ghiraldi (2014).

Visando entender melhor quais são os meios direcionados a acessibilidade e mobilidade dos indivíduos com ou sem deficiência, existe a norma considerada mais importante para a tal que é a NBR 9050 - Acessibilidade a edificações, mobiliário, espaços e equipamentos urbanos, que é responsável por trazer em seus textos parâmetros para o livre deslocamento e mobilidade (DINIZ, 2021).

A Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT), no ano de 1985 criou a denominada NBR 9050 que tinha como objetivo promover a acessibilidade e mobilidade. Em sua composição inicial a NBR trouxe algumas especificações comumente chamados de parâmetros básicos a serem seguidos no ato de execução de uma edificação, aparelho mobiliário, transporte e etc (GOMES, 2020).

De acordo com Costa (2020), da criação da primeira versão da NBR 9050 em 1985, atualizações aconteceram na mesma ao longo dos anos passando por atualizações nos anos de 1994, 2004, 2015 e 2020.

A NBR 9050/2020 tem como composição as especificações dos parâmetros antropométricos, informação e sinalização, acessos e circulação, Sanitários, Banheiros e Vestiários; Mobiliário Urbano; Mobiliário, e Equipamentos Urbanos. (MACIEL, 2021). O Quadro 4, traz algumas das especificações que podem ser caracterizadas como promovedoras da acessibilidade e mobilidade.

Quadro 4 - Requisitos e especificações para acessibilidade e Mobilidade.

| QUESITO                    | DEFINIÇÃO                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                         |
|----------------------------|-----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|
| Parâmetros Antropométricos | Os parâmetros antropométricos podem ser entendidos como as dimensões mínimas das dimensões referenciais, levando em consideração as medidas entre 5 % a 95 % da população brasileira. Ou seja, as estaturas máximas e mínimas dos indivíduos. Nos parâmetros antropométricos, são levados em consideração pessoas em pé, cadeirantes, larguras, espessuras, dimensionamentos, áreas para manobras, superfície de contato e afins. |
|                            | Como o nome já enfatiza, este quesito apresenta informações de um determinado local, transporte ou aparelho através de meios de sinalização,                                                                                                                                                                                                                                                                                      |



|                                    |                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                             |
|------------------------------------|-------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|
| Informação e Sinalização           | seja na forma sonora, tátil ou visual. Frente a informação, existem os quesitos frente a transmissão e sentido. Quanto a Sinalização, este é composto por quesitos como a classificação, amplitudes, categorias, linguagens, símbolos e etc.                                                                                                                                                                                                                |
| Acesso e Circulação                | São levados em conta os meios necessários para o indivíduo poder acessar e se locomover livremente nos mais variados ambientes de maneira segura. Nesse quesito são levados em consideração as condições gerais de acesso como piso, revestimento, inclinação, declives, assim como os mais diversificados meios que podem facilitar a circulação como a sinalização, corrimãos, placas e etc.                                                              |
| Sanitários, Banheiros e Vestiários | São apresentadas as condições mínimas para acesso e mobilidade como espessura da porta de entrada, área de circulação, maçanetas, altura do mobiliário e etc.                                                                                                                                                                                                                                                                                               |
| Mobiliário Urbano                  | Esse termo é utilizado para definir um conjunto de objetos existentes nas vias e nos espaços públicos, com intuito de modificar um espaço sem provocar alterações substanciais nesses elementos, como por exemplo: semáforos, pontos de acesso coletivo às telecomunicações, lixeiras, bancos, quiosques e quaisquer outros de natureza análoga.                                                                                                            |
| Mobiliário                         | São as especificações para os objetos de utilização básica, porém essencial, visando a acessibilidade e a mobilidade nos ambientes                                                                                                                                                                                                                                                                                                                          |
| Equipamentos Urbanos               | É um quesito que deve ser levado em consideração uma série de fatores para a implantação ou adaptação de meios de acessibilidade. Isso porque, em equipamentos tombados, promover a acessibilidade é mais difícil devido a não poder alterar todo e qualquer espaço, mesmo sendo necessário. Esse quesito também define situações de localizações e espaços destinados a pessoas com deficiência levando em consideração a sinalização, vistas, sons e etc. |

Fonte: ABNT-NBR 9050 (2020)

Finalizada a revisão teórica, onde foi possível apresentar conceitos sobre acessibilidade, pessoa com deficiência e desenho universal, assim como as várias definições que norteiam as pessoas com deficiência e mobilidade reduzida. Foram destacados também as principais informações quanto a legislação direcionada a pessoa com deficiência e também a apresentação das normas, merecendo o devido destaque a NBR 9050/2020 da ABNT.

### 3. METODOLOGIA

O estudo será dar por intermédio de pesquisas relacionadas ao tema com intuito de encontrar soluções e contribuições, através das regras metodológicas e procedimentos para chegar assim nos resultados estipulados.

Em outras palavras, para realização de um bom trabalho que atenda as expectativas, é necessária uma boa base instrucional de pesquisa, que é o caso da metodologia científica. Com isso, metodologia é tida como um grupo de métodos utilizados em razão de uma pesquisa do conhecimento, auxiliando na sistemática para chegar aos resultados almejados (ANDRADE, 2010).

Assim, a metodologia utilizada no trabalho para fundamentar o desenvolvimento do problema proposto, partirá da compreensão dos objetivos da classificação da pesquisa. À proposito, quanto a natureza da pesquisa, a mesma será qualitativa permitindo o entendimento e interpretação de um fato observado por meio de um estudo de caso de um hotel localizado em um município do Rio Grande do Norte.

Partindo da classificação da pesquisa quanto aos objetivos, a mesma será classificada como uma pesquisa descritiva que permite descrever características relacionando várias alternativas (MENEZES et. Al., 2019).

Diante do exposto, quanto ao o tipo de pesquisa, ela será definida como bibliográfico de caráter descritivo, realizada através de um estudo de livros, publicações periódicas, artigos, entre outros, relacionados com abordagem do problema.

#### 3.1 LOCAL PESQUISADO

O objeto fonte da pesquisa do presente trabalho é o chamado hotel, localizado na Rua Adalberto Amorim, nº 2083, Bairro Vertentes, município de Assú/RN.

O hotel possui amplo ambiente físico, com atual configuração que conta com 56 quartos, 60 banheiros, sendo 2 destinados a pessoas com deficiência. O hotel também possui estacionamento, área de laser, recepção, cozinha e restaurante.

Em relação a coleta de informações para a pesquisa, tais informações foram obtidas informações através de visitas ao hotel. E como apoio, foram utilizadas

referências disponíveis em acervos digitais, sites, livros e documentos acadêmicos, tendo a NBR 9050/2020 como material base para produção do trabalho.

A Figura 2, apresenta a fachada do hotel.

Figura 2 - Fachada do hotel no RN.



Fonte: Imagem do autor (2022).

No presente objeto de estudo serão analisados os acessos aos principais ambientes, as condições físicas estruturais, sinalizações, mobiliário, entre outros.

Serão expostos imagens e suas análises respectivamente de cada ambiente sendo essas informações, comparadas com as especificações dispostas na NBR 9050/2020. A partir dos resultados obtidos, serão sugeridas adequações para o hotel.

## 4. RESULTADOS E DISCUSSÃO

### 4.1 ANÁLISE DAS CONDIÇÕES DE ACESSO DO HOTEL

O primeiro ambiente analisado são os acessos ou entradas de acesso externo/interno. Foi possível constatar na Figura 3, imagem 1 a porta de acesso (2,10 metros de altura e 1,00 metros de espessura, com uma rampa de aclive com 0,22 metros de inclinação total e projeção horizontal com 2,00 metros), que direciona o indivíduo a recepção do Hotel.

De acordo com a ABNT (2020), as portas de acesso devem ser livres de obstáculos e apresentar espessuras mínimas de 0,80 metros o que facilita o acesso à pessoa deficiente. E a porta de acesso do hotel, está dentro dos parâmetros especificados. Já na imagem 2, é possível visualizar o portão do estacionamento com 2,90 metros de altura e 4,00 metros de espessura, em uma calçada com 3,40 metros de largura.

Figura 3 - Acessos do hotel.



Fonte: Imagem do autor (2022).

Com base na equação 1, para cálculo de inclinação presente na NBR 9050/2020, que define os níveis permitidos temos para a inclinação do acesso a recepção:

$$i = \frac{h \times 100}{c} = \frac{22 \times 100}{200} = 11\% \quad (1)$$

onde:

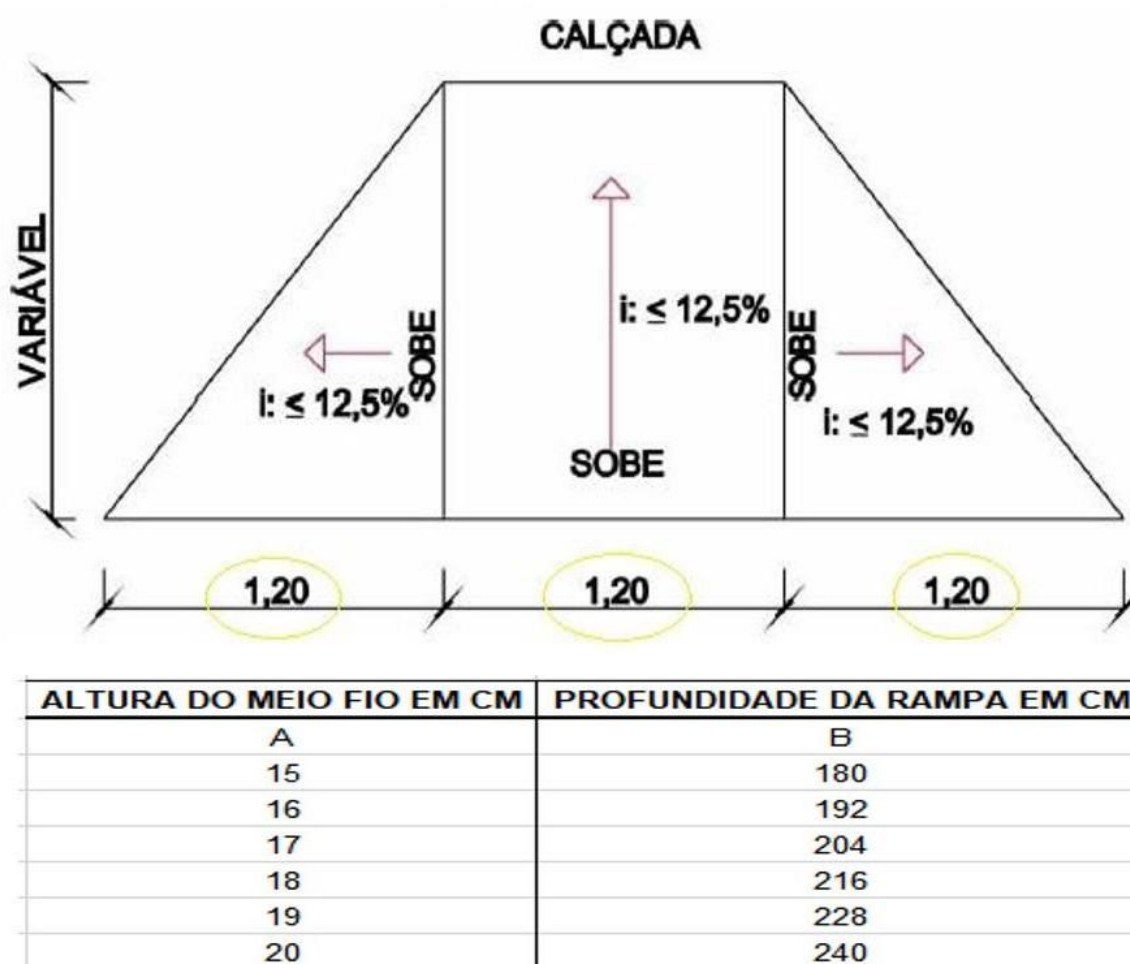
$i$  é a inclinação, expressa em porcentagem (%);

$h$  é a altura do desnível;

$c$  é o comprimento da projeção horizontal.

A partir do cálculo realizado para dimensionamento de acordo com a NBR 9050/2020, foi constatado que a inclinação da rampa não atende as especificações da norma, onde os 11% obtidos, supera a porcentagem estabelecida na NBR 9050, que estabelece que para entradas e saídas de ambientes, o valor deve estar situando entre  $6,25 (1:16) < i \leq 8,33 (1:12)$  (ABNT, 2020).

Figura 4 - Medidas e Espessuras de uma rampa acessível.



Fonte: Autoria própria com base na NBR 9050/2020 (2022).

Em relação a rampa da garagem, essa não é destinada para utilização por parte de pessoas com deficiência e mobilidade reduzida. Além disso, as visitas ao hotel, foi possível constatar a ausência de sinalizações visuais e táteis, que poderiam incrementar os meios para promoção de acessibilidade.



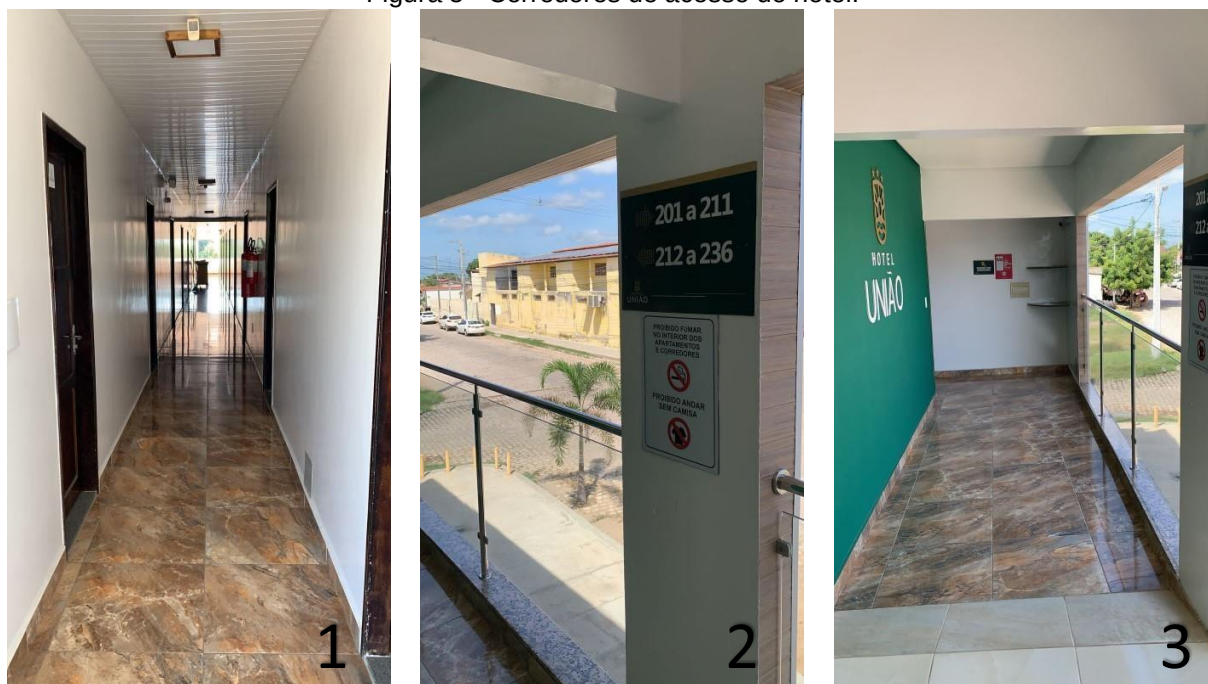
Quanto as demais informações, ficou constatado o piso antiderrapante, porém não foi detectado alertas direcionais, textos em braile e maçanetas apropriadas de acordo com a NBR 9050/2020.

#### 4.2 ANÁLISE DAS CONDIÇÕES DOS CORREDORES DE TRÂNSITO DE PESSOAS DO HOTEL

Já em relação aos corredores de acessos aos quartos, refeitório, salas de convivência, a Figura 5, traz uma representação de como corredores estão distribuídos assim como a sinalização e iluminação.

Na imagem 1 da figura 5, é apresentado o corredor de acesso aos quartos espelho para o andar superior do hotel, e no mesmo são apresentadas a espessura de 1,30 metros em um vão que se estende por 20 metros.

Figura 5 - Corredores de acesso do hotel.



Fonte: Imagem do autor (2022).

Ainda na Figura 5, nas imagens 2 e 3, vem a representação corredor da varanda frontal do Hotel que apresentam dimensões de 1,50 metros de espessura para um vão de 7,5 metros.

Para que os corredores sejam acessíveis, os mesmos devem ser dimensionados levando em consideração o fluxo de pessoas, sendo disponibilizado uma faixa livre de barreiras ou obstáculos (ABNT, 2022).

Para que as larguras dos corredores do hotel sejam acessíveis, elas tem que ter dimensões mínimas de 0,90 m para corredores de uso comum com extensão até 4,00 m, 1,20 m para corredores de uso comum com extensão até 10,00 m, 1,50 m para corredores com extensão superior a 10,00 m, de 1,50 m para corredores de uso público; e por último, para aqueles corredores com grandes fluxos de pessoas, a espessura deve ser de no mínimo 1,50 m para grandes locais que recebem grande fluxos de pessoas (ABNT, 2022).

Por se tratar de um ambiente público que recebe pessoas com dada constância, os resultados obtidos para esse espaço vem apresentados no Quadro 5, abaixo:

Quadro 5 - Verificação dos corredores do hotel.

| ITENS                                                                                                                                         | CONFORMIDADE | NÃO CONFORMIDADE                                                                                                                                                                             |
|-----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|--------------|----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|
| Os corredores estão dimensionados de acordo com o fluxo de pessoas? (Conforme 6.10.8 da NBR 9050/2020)                                        | Parcialmente | No corredor com vão de 20 metros, a espessura de acordo com a NBR 9050, apresenta o mínimo de 1,50 metros de espessura. Já o corredor da sacada frontal, está conforme ao exigido por norma. |
| Os corredores de uso comum com extensão de até 4,00 m apresentam largura mínima de 0,90 m                                                     | Sim          | Foi verificado uma espessura total de 1,50 metros.                                                                                                                                           |
| Os corredores de uso comum com extensão de até 10,00 m apresentam largura mínima de 1,20 m                                                    | Sim          | NÃO SE APLICA                                                                                                                                                                                |
| Os corredores de uso comum com extensão superior a 10,00 m apresentam largura mínima de 1,50 m                                                | Não          | A espessura ficou em 1,30 metros.                                                                                                                                                            |
| Os corredores apresentam uma faixa ampla para a circulação, livre de jarros com vegetação ou outros obstáculos que obstruam a acessibilidade? | Sim          | NÃO SE APLICA                                                                                                                                                                                |

Fonte: Autor (2022).

Para esses ambientes, foram constatados ainda a ausência de sinalização e piso tátil e sonoro, onde ambos podem ser de fácil implantação no ambiente. Também foi constatado que o piso não é antiderrapante e em alguns pontos a ausência de sinalização universal.

#### 4.3 ESCADAS DE ACESSO AOS AMBIENTES

Em qualquer edificação, com mais de um pavimento é obrigatório a adoção de escadas que podem ser dos tipos enclausurado ou não, isso dependerá da altura da edificação em que estão instaladas (CBMRS, 2016)

Com isso, para ser considerada acessível, as escadas deverão possuir pisos antiderrapantes, com a presença também de fita antiderrapante com largura mínima de 5 cm, não ultrapassando 1 cm da borda do degrau, como também corrimãos, sinalização tátil e visual, tendo também para escadas com mais de 1 nível, um espaço de descanso (ABNT, 2020).

Na Figura 6, imagens 1 e 2 é apresentado a escada de acesso ao segundo andar do hotel. Na mesma figura e imagem 3, têm a escada de acesso externo para os quartos do bloco em paralelo ao bloco principal.

Figura 6 - Escadas de Acessos ao piso superior do hotel.



Fonte: Imagem do autor (2022).



A NBR 9077 – Saída de Emergência em Edifícios, enfatiza que para a concepção de escadas, essas devem possuir largura estabelecida conforme o fluxo de pessoas, sendo que o mínimo de largura exigido para escadas fixas em rotas acessíveis é de 1,50m, e considerada aceitável a largura de 1,20m.

Diante do exposto, o Quadro 6, apresenta informações quanto as especificações das escadas de acesso do hotel.

Quadro 6 - Conformidades e não conformidades das escadas de acesso do hotel.

| ITENS                | CONFORMIDADE                                                                                                                                                        | NÃO CONFORMIDADE                                                                                                                                                                                               |
|----------------------|---------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|
| ESCADA<br>(IMAGEM 1) | Espessura da escada, com 1,50 metros de espessura, dentro do permitido por norma. Presença de corrimãos e altura e comprimento de 20 cm, atendendo a NBR 9050/2020. | Como não conformidade foram percebidos a ausência de informações tátil, sinalização visual e piso tátil. Além de um revestimento liso, ao qual pode provocar escorregões e quedas.                             |
| ESCADA<br>(IMAGEM 2) | Espessura da escada, com 1,50 metros de espessura, dentro do permitido por norma. Presença de corrimãos e altura e comprimento de 20 cm, atendendo a NBR 9050/2020. | Continuidade da escada, foi também detectado como não conformidade a ausência de informações tátil, sinalização visual e piso tátil. Além de um revestimento liso, ao qual pode provocar escorregões e quedas. |
| ESCADA<br>(IMAGEM 3) | Espessura da escada, com 1,40 metros de espessura, dentro do permitido por norma. Presença de corrimãos e revestimento áspero que evita escorregões.                | Foi detectado como não conformidade os obstáculos (vasos), próximo ao m percebidos a ausência de informações tátil, sinalização visual e piso tátil.                                                           |

Fonte: Autor (2022).

O hotel não possui elevador, e isso é algo que dificulta o acesso principalmente de pessoa deficiente ao andar superior. E se tratando de rampas, quando o hotel foi construído, devido as dimensões do projeto as rampas para pessoas deficientes não foram inseridas no mesmo.

Um quesito importante são as portas que para todos os quartos, tiveram medidas iguais, todas elas apresentaram espessuras com 0,90m e 2,10m de altura em que de acordo com a NBR 9050/2020, atende aos parâmetros de acessibilidade.

A NBR 9050, em relação as portas, quando abertas, devem ter um vão livre, maior ou igual a 0,80 m de largura e 2,10 m de altura. Para portas de duas ou mais folhas, pelo menos uma delas deve ter o vão livre maior ou igual a 0,80 m seguindo assim as especificações recomendadas.

Frente ao observado, para uma pessoa deficiente, as portas podem promover a mobilidade ideal que pode evitar constrangimentos sem que haja a ocorrência de situações que impeçam de alguma maneira de acessar o ambiente.

#### 4.4 BANHEIRO ACESSÍVEL DO HOTEL

Já em relação ao banheiro acessível destinado para as pessoas com deficiência, ou mobilidade reduzida, no hotel existe apenas um banheiro totalmente equipado para atender as necessidades daqueles que apresentam alguma deficiência, conforme pode ser visto na Figura 7.

Figura 7 - Banheiro acessível do hotel.



Fonte: Imagem do autor (2022).

Inicialmente foi constatado que a porta atende a especificação da NBR ao possuir uma espessura de 0,90m e 2,10m de altura. A maçaneta possui altura de 1,10m e o sentido de abertura possui giro de 45 graus. Ainda em relação ao banheiro acessível, foi detectados as seguintes informações pertinentes apresentados no Quadro 7 e Figura 8, que atende ou não as especificações da NBR 9050/2020:

Quadro 7 - Conformidades e não conformidades do banheiro acessível do hotel.

| ITENS              | CONFORMIDADE | ESPECIFICAÇÕES                                                            |
|--------------------|--------------|---------------------------------------------------------------------------|
| PORTA DE ABERTURA  | SIM          | Porta com abertura no sentido anti-horário, com espessura de 0,90 metros. |
| PUXADOR DA PORTA   | NÃO          | Não foi detectado.                                                        |
| VASO SANITÁRIO     | SIM          | Altura do Vaso Sanitário com 0,45m.                                       |
| PIA                | SIM          | Altura de 0,80 m em relação ao piso acabado.                              |
| APOIOS HORIZONTAIS | SIM          | Apoio do chuveiro e do vaso com 0,75 metros.                              |

|                        |     |                       |
|------------------------|-----|-----------------------|
| APOIOS VERTICAIS       | NÃO | NÃO FORAM DETECTADOS  |
| ÁREA TOTAL DO BANHEIRO | SIM | 2,20m x 2,00m x 2,10M |

Fonte: Autor (2022).

Segundo a NBR 9050/2020, as dimensões mínimas para área de circulação nos banheiros para esses serem considerados acessíveis devem atender aos limites mínimos exigido por norma que é 1,70m x 1,50m. Foi constatado que o banheiro possui bacia ou pia elevada, porta giratória dentro do que é exigido em relação a espessura e abertura.

A pia, o sanitário e os apoios horizontais estão condizentes com o que é exigido por norma. No entanto, deve-se atentar para a sinalização tátil, na parede e piso, inserção de apoios horizontais e melhores condições de iluminação.

Figura 8 - Banheiro acessível do hotel.



Fonte: Imagem do autor (2022).

Como sugestão, para melhorar as condições de acessibilidade frente aos banheiros do hotel, caberia a inclusão de mais unidades desse tipo de banheiro atendendo as especificações já mencionadas, assim como promovendo outros meios para a pessoa com deficiência como piso antiderrapante, sinalização e desenho universal e box adaptado.

#### 4.5 RESTAURANTE E QUARTOS DO HOTEL

Em relação aos espaços mais importantes do hotel e que recebem maior fluxo de pessoas diariamente como são os casos do restaurante (Figura 9, imagem 1 e 2), é possível constatar que além de ser um espaço amplo que facilita a mobilidade, conta também com boa iluminação natural, complementada pela iluminação artificial.

No entanto, através da pesquisa exploratória junto ao ambiente, foram constatadas as ausências de cadeiras destinadas para obesos, sinalização tátil na parede e piso, sinalização visual.

Quanto as mesas, apesar de serem apresentadas para atender o público geral, essas possuem altura de 0,75m que é o limite mínimo especificado em consideração ao piso acabado, como é apresentado na NBR 9050, porém não dispõe de profundidade de 0,50 m. Quanto ao Balcão ou mesa de amostra dos alimentos, essa é um pouco mais alta, tendo 0,90m de altura, sem nenhum tipo de obstáculo e que pode atender sim, as necessidades de todos.

Figura 9 -Disposição do restaurante e quartos do hotel.

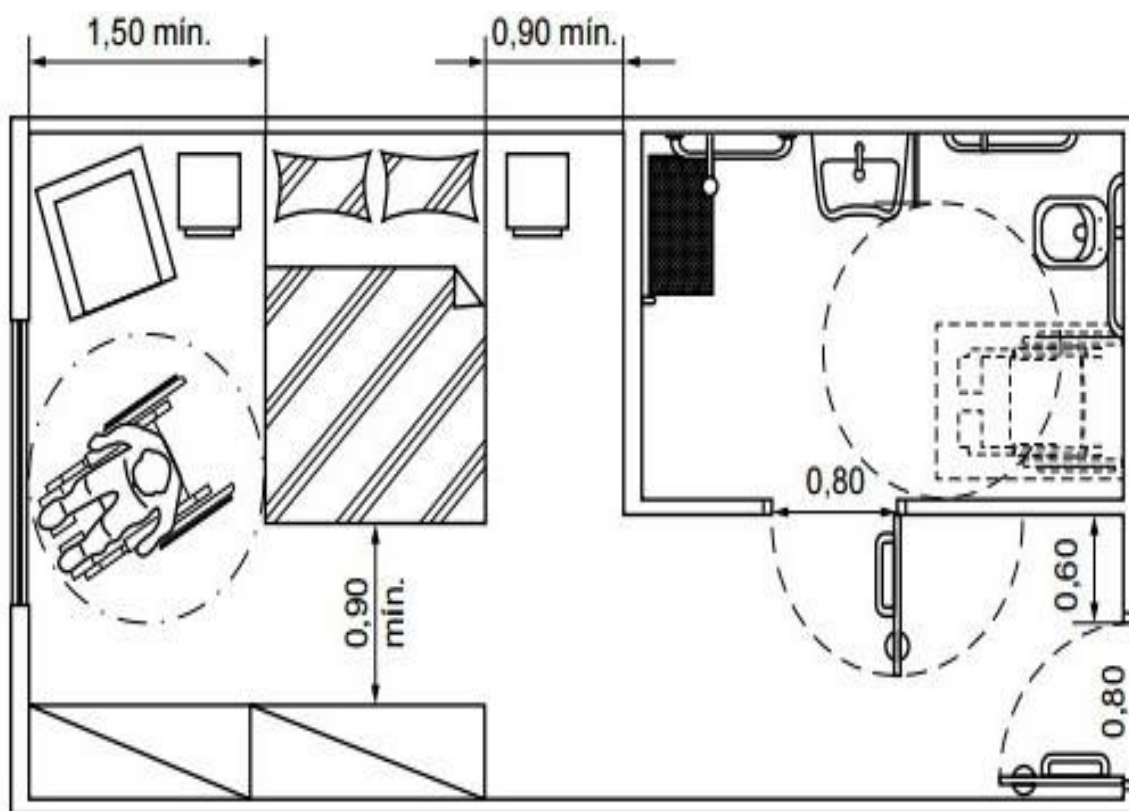


Fonte: Imagem do autor (2022).

Ainda na Figura 9 (Imagens 3 e 4), é apresentado a configuração dos quartos do hotel, ao qual foi constatado possuir entrada com giro de 0,80m, espaços de circulação livre, pia e espaço para refeições com 0,80m de altura, iluminação natural e artificial apropriada para receber pessoas com ou sem deficiência.

Na Figura 10, vem uma disposição ideal de um dormitório acessível.

Figura 10 - Dormitório acessível para o cadeirante.



Fonte: ABNT (2022).

Quanto as ausências, não foi constatado textos em braile para pessoas deficientes visuais assim como informações táteis no piso e parede. A suíte tem porta com espessura total de 0,80m e não provém dos mobiliários para promover a acessibilidade.

#### 4.6 ÁREA DE LAZER E CONVIVÊNCIA DO HOTEL

Em relação ao último espaço explorado e analisado, têm a área de lazer, convivência e socialização do hotel. Esse espaço conta com uma área coberta para convivência e socialização (Figura 11, imagem 1 e 4), piscina (Figura 11, imagem 2), e estacionamento coberto (Figura 11, imagem 3).

De início foi possível constatar a presença de rampa de acesso a área de convivência, sinalização visual através de cones e plaquinhas com escritas. Na piscina foi constatado a presença de uma rampa com corrimão declinado suavemente que acompanha o rebaixamento da rampa.

Figura 11 - Vista da área de lazer e disposição do ambiente.

Fonte: Imagem do autor (2022).

Em contrapartida, foi possível constatar que a rampa de acesso a área coberta do espaço de vivência não possui as especificações onde de início, a partir de 0,15m de altura, a rampa deve contar com 1,80 metros de profundidade. No entanto, a altura da mesma é de 0,11m, deixando essa incógnita se é acessível ou não.

Já para a rampa da piscina, seu acesso possui um degrau com 0,02m de altura o que tido como obstáculo para pessoas deficientes. Referente ao trajeto de acesso, o piso irregular de calçamento é composto por agentes como areia e pedregulhos sendo necessário manutenção diária.

Em relação ao banheiro ou lavabo da área de vivência que pode ser visualizado na Figura 12 (imagem 1), o mesmo é parcialmente acessível haja vista haver a presença de condições de acessibilidade como porta com espessura e giro de abertura de 0,80m, assim como a pia com 0,80m de altura.

Existe barra de apoio horizontal à 0,75m do piso batido e sanitário com mesmo nível de altura. Mas existe a ausência da barra vertical e maior espaço para giro de cadeirantes. Quanto a sinalização, esse não foi constatado em caráter visual e tátil, assim como não foi constatado a presença e promoção do Desenho Universal.

Ainda na Figura 12, (imagem 2), foram constatados como acessíveis a porta de acesso do vestiário, mas com degrau sem sinalização tátil com 0,12m, ao qual pode dificultar o acesso de alguns indivíduos ao ambiente.

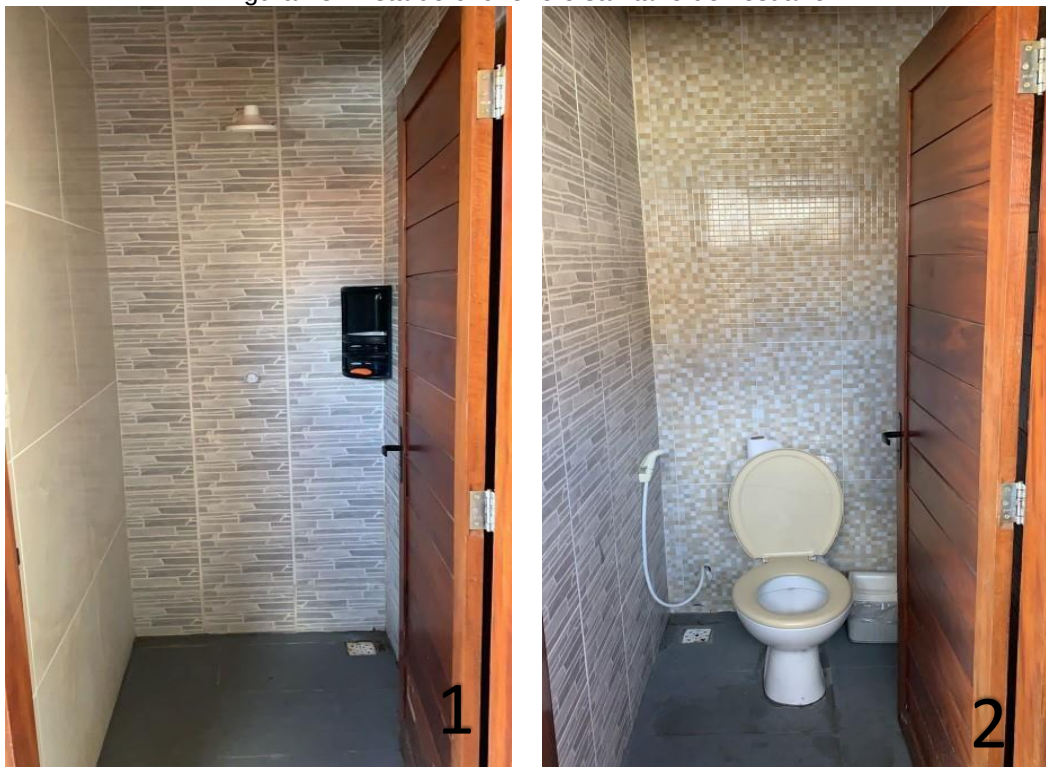


Figura 12 - Vista do banheiro acessível e vestiário da área de lazer do hotel

Fonte: Imagem do autor (2022).

Já a Figura 13, imagens 1 e 2 são apresentados o box do chuveiro e o box do sanitário.

Figura 13 -Vista do chuveiro e sanitário do vestiário.



Fonte: Imagem do autor (2022).

Diante da pesquisa realizada frente ao objeto de estudo, foram obtidas informações importantes para a conclusão do presente trabalho.

No entanto, quando as edificações estiverem na fase de projetos, esses devem se atentar para as especificações da NBR 9050/2020, assim como as demais NBR's apresentadas neste trabalho ao qual possibilite a promoção de ambientes acessíveis ou adaptados.

Em suma, todo e qualquer espaço, local, ambiente, transporte e afins em sua execução devem entender as tolerâncias dimensionais, quantidades, entre outros (ABNT, 2020).



## 5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Quando ouvimos assuntos relacionados a acessibilidade e mobilidade de pessoas com deficiência ou que por algum motivo apresenta dificuldade de se locomover livremente, logo vem em mente a ideia de promover situações que possam ser transferidas ou transmitidas para pessoas com deficiência, por exemplo para que esse possa conviver livremente, independentemente de suas limitações dando assim uma sensação de igualdade e independência.

Porém, não se trata de apenas conhecer as deficiências ou limitações, mas sobretudo, possuir a capacidade de percepção sobre as necessidades afim de promover as melhores condições de acessibilidade e mobilidade de forma segura e igualitária.

Em relação as condições de acessibilidade do hotel analisado, localizado no município de Assú, pertencente a região do chamado Vale do Assú, interior do estado do Rio Grande do Norte, foram obtidos resultados satisfatórios assim como a ausência de meios para promoção da acessibilidade.

Frente a realização de um estudo exploratório e de caso com base nas especificações presentes na NBR 9050/2020, foi possível constatar que existem condições acessíveis no hotel, assim como existem pontos a serem adequados e implantados nos mais variados ambientes pertencentes ao hotel.

Um fator importante, ou melhor, um modelo importante destinado a pessoa com deficiência e mobilidade reduzida que visa proporcionar a sensação de igualdade, que é o Desenho Universal praticamente inexistente no objeto de estudo. No entanto, é um modelo de fácil inserção nos ambientes.

Apesar de algumas ausências de meios para acessibilidade para pessoas com deficiência e mobilidade reduzida, o hotel apresenta meios e recursos que atendem a NBR 9050/2020, frente as especificações impostas como espessuras de portas e corredores, banheiro acessível, rampa de acesso, iluminação adequada e etc.

Como sugestão para melhoria das condições de acessibilidade do hotel, têm-se o melhoramento das sinalizações tanto tátil, visual e até mesmo sonóro. Poderia colocar placas indicativas de saída de emergência, Desenho Universal e afins. Em relação aos mobiliários frente a pessoa deficiente, o hotel deveria ter mesas de uso geral com especificações de acordo com os princípios do DU.

Por se tratar de uma edificação já construída para um espaço quase todo

ocupado, a inserção de rampas ou elevadores não é inviável, assim como medida mitigadora, deveria ser disponibilizados alguns cômodos no térreo para as pessoas que necessitassem de alguma atenção mais especial, como mais quartos e banheiros.

Como conclusão do devido trabalho e baseado na NBR 9050/2020, frente a atual configuração do hotel, pode-se considerá-lo como parcialmente acessível, onde é necessário a realização de inclusão de mais equipamentos acessíveis, melhoramento de vias, sinalização e afins. Apesar de serem coisas simples, cabe a realização de uma análise com profissional capacitado ao qual irá buscar apresentar as melhores opções visando a acessibilidade e mobilidade para pessoas que necessitam.

Encerrando esta produção, os resultados estabelecidos frente aos questionamentos foram atendidos e os resultados satisfatórios, o que faz essa produção servir de referência para outras produções acadêmicas.

## REFERENCIAS

ABNT - - ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. **NBR 9077:** Saídas de emergência em edifícios. [http://www.cnmp.mp.br/portal/images/Comissoes/DireitosFundamentais/Acessibilidade/NBR\\_9077\\_Sa%C3%ADdas\\_de\\_emerg%C3%Aancia\\_em\\_edif%C3%ADcios2001.pdf](http://www.cnmp.mp.br/portal/images/Comissoes/DireitosFundamentais/Acessibilidade/NBR_9077_Sa%C3%ADdas_de_emerg%C3%Aancia_em_edif%C3%ADcios2001.pdf). Acesso em: 20 set. 2022.

ABNT - ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. **NBR 9050/2020:** Acessibilidade a edificações, mobiliário, espaços e equipamentos urbanos. Rio de Janeiro: ABNT, 2020.  
<[http://www.portaldeacessibilidade.rs.gov.br/uploads/1596842151Emenda\\_1\\_ABNT\\_NBR\\_9050\\_em\\_03\\_de\\_agosto\\_de\\_2020.pdf](http://www.portaldeacessibilidade.rs.gov.br/uploads/1596842151Emenda_1_ABNT_NBR_9050_em_03_de_agosto_de_2020.pdf)>. Acesso em: 20 set. 2022.

ANDRADE Maria Margarida de. **Introdução à Metodologia do Trabalho Científico:** elaboração de trabalhos na graduação. 10. ed. São Paulo: Atlas, 2010. 158p.

BRASIL. **Constituição (1988).** Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília, DF. § 3º Os tratados e convenções internacionais sobre direitos humanos que forem aprovados, em cada Casa do Congresso Nacional, em dois turnos, por três quintos dos votos dos respectivos membros, serão equivalentes às emendas constitucionais.  
<[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/Constituicao/Constituicao.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao.htm)>. Acesso em: 16 fev. 2022.

BRASIL. Lei nº 13.146, de 06 de julho de 2015. **Inclusão da pessoa com deficiência:** estatuto da pessoa com deficiência.  
<[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2015-2018/2015/lei/l13146.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2015/lei/l13146.htm)>. Acesso em: 14 fev. 2022.

BUBLITZ, Michelle Dias. **Pessoa com Deficiência e Teletrabalho.** Um olhar sob o viés da inclusão social: reflexões à luz do valor social do trabalho e da fraternidade. Porto Alegre: Livraria do Advogado Editora, 2015. 125 p.

CAMPELO, Camila Menezes Souza. **A inclusão da pessoa com deficiência no mercado de trabalho.** Orientador: Beatriz Rêgo Xavier. 2016. 75 f. Monografia (Graduação em Direito) - Universidade Federal do Ceará, Fortaleza - CE, 2016.

CARDOSO, Filipe. **Acessibilidade na hotelaria Santanense.** 23p. 2018. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Administração) - Universidade Federal do Pampa, Campus Santana do Livramento, Santana do Livramento, 2018.

CBMRS. Instrução Normativa nº 002/2016 – **DIEAP/DESEG:** Procedimento para análise de projetos de arquitetura e instalação contra incêndio e pânico em edificações antigas e tombadas: DISTRITO FEDERAL, CORPO DE BOMBEIROS MILITAR.

COSTA, Rodrigo T. A. **Acessibilidade em templos religiosos:** Estudo de caso em uma cidade do semiárido nordestino. Orientador: Núbia Alves de Souza Nogueira.

2020. 43 f. Trabalho Final de Graduação (Graduação em Engenharia Civil) - Universidade Federal Rural do Semi-Árido, Angicos-RN, 2020.

CREA. **Manual Prático de Acessibilidade.** 2019, 130p.  
[https://creapb.org.br/site/wp-content/uploads/2019/04/CARTILHA-ACESSIBILIDADE\\_WEB.pdf](https://creapb.org.br/site/wp-content/uploads/2019/04/CARTILHA-ACESSIBILIDADE_WEB.pdf). Acesso em: 22 fev. 2022.

DINIZ, Daniel Pontes Vieira. **Acessibilidade em edificações:** Um estudo de caso em equipamentos públicos em uma cidade nordestina com base na NBR – 9050/2020. Orientador: Prof. Dra. Marcilene Vieira da Nóbrega. 2021. 76 f. Trabalho Final de Graduação (Graduação em Engenharia Civil) - Universidade Federal Rural do Semi-Árido, Angicos-RN, 2021.

GHIRALDI, A. L. D. **Análise de acessibilidade em calçadas, vias públicas e prédios públicos na cidade de Doutor Camargo-PR.** Orientador: Prof. Dr. Marcos Antônio Piza. 2014. 88 p. Trabalho de Conclusão de Curso (Bacharel em Engenharia Civil) - Universidade Tecnológica Federal do Paraná, Campo Mourão - PR, 2014.  
[http://repositorio.roca.utfpr.edu.br/jspui/bitstream/1/5870/1/CM\\_COECI\\_2014\\_1\\_06.pdf](http://repositorio.roca.utfpr.edu.br/jspui/bitstream/1/5870/1/CM_COECI_2014_1_06.pdf). Acesso em: 14 fev. 2022.

GOMES, F. A. B. **Acessibilidade para pacientes cadeirantes nas unidades básicas de saúde de Ariquemes - RO.** Orientador: helenia G. R. Alves. 2020. 31 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Engenharia Civil) - Faculdade de Educação e Meio Ambiente, Ariquemes - RO, 2020.  
[https://repositorio.faema.edu.br/bitstream/123456789/2742/1/TCC%202020%20-%20FERNANDO\\_assinado\\_assinado\\_assinado\\_assinado.pdf](https://repositorio.faema.edu.br/bitstream/123456789/2742/1/TCC%202020%20-%20FERNANDO_assinado_assinado_assinado_assinado.pdf). Acesso em: 19 maio 2022.

KHNAYFES, Livia Amoyr. **Acessibilidade dos Deficientes Físicos aos Órgãos Públicos e Estabelecimentos Privados.** Orientador: Prof. Dr. Rubens Galdino da Silva. 2011. 59 p. Trabalho de Conclusão de Curso (Bacharel em Direito) - Instituto Municipal de Ensino Superior de Assis – IMESA, Assis, 2011.

LODI, Daniele Maria. **Acessibilidade na estrutura e infraestrutura do aeroporto de Joinville Lauro Carneiro de Loyola, SC:** Um estudo de Caso. Orientador: Renata Cavion. 2016. 84 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Bacharelado em Infraestrutura) - Universidade Federal de Santa Catarina, Joinville, 2016.

LOPES, Tainá de Campos. **O estatuto da pessoa com deficiência e os principais reflexos no direito brasileiro.** Orientador: Rivaldo Jesus Rodrigues. 2018. 44 p. Projeto de Graduação (Graduação em Direito) - UniEVANGÉLICA, Anápolis, 2018.

MACIEL, Vinícius Sena. **Avaliação Da Acessibilidade Em Edificação:** Estudo De Caso No Terminal Rodoviário De Palmas. 91 fl. Monografia (Graduação). Curso de Engenharia Civil. Universidade Federal do Tocantins. Palmas. 2021.

MENEZES, A. H. N.; DUARTE, F. R.; CARVALHO, L. O. R.; SOUZA, T. E. S. **Metodologia científica teoria e aplicação na educação a distância.** 1. ed. Petrolina-PE: [s. n.], 2019. 83 p. ISBN 978-85-60382-91-0.

MELO, Thiano Ribeiro. **Avanços nas leis de acessibilidade no Brasil**: um estudo de caso no semiárido nordestino. Orientador: Núbia Alves de Souza Nogueira. 2020. 32 f. Trabalho Final de Graduação (Bacharelado em Engenharia Civil) - Universidade Federal Rural do Semi-Árido, Angicos-RN, 2020.

NASCIMENTO JÚNIOR, Adalberto Antônio Do. **Acessibilidade no campus do semiárido nordestino**: verificação da aplicação da NBR 9050/2015. Orientador: Dr. Marcilene Vieira da Nóbrega. 2019. 82 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Engenharia Civil) - Universidade Federal Rural do Semi-Árido, Angicos-RN, 2019.

NEVES, M. M. C. **Acessibilidade para portadores de necessidades especiais (PNE)**: uma análise do cenário atual no Centro de Ciências Biológicas e da Saúde (CCBS). Orientador: Dr<sup>a</sup> Erica Caldas Silva de Oliveira. 2012. 55 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Licenciatura em Ciências Biológicas) - Universidade Estadual Paraíba, Campina Grande - PB, 2012.

OLIVEIRA, Aline Cristiane, et al. **A inclusão da pessoa deficiente no mercado de trabalho**. Faculdade novos horizontes. 2008  
<[http://www.unihorizontes.br/proj\\_inter20081/adm/inclusao\\_da\\_pessoa\\_deficiente.pdf](http://www.unihorizontes.br/proj_inter20081/adm/inclusao_da_pessoa_deficiente.pdf)>. Acesso em: 15 fev. 2022.

PATRÍCIO, Juliane da Silva. **Um Estudo Preliminar Sobre as Condições de Acessibilidade Social na Perspectiva dos Deficientes Visuais no Terminal de Integração e Parque Sólido de Lucena em João Pessoa**. Orientador: Carla Calixto Da Silva. 2017. 39 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Tecnólogo em Gestão Pública) - Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa - PB, 2017.

QUEIROZ, Raíssa Camila Oliveira De. **Acessibilidade a edificações em espaços urbanos**: o caso de duas redes de supermercados em Mossoró-RN. Orientadora: Jacqueline Cunha de Vasconcelos Martins. 2014. 47f. Monografia (Graduação em Ciência e Tecnologia) – Universidade Federal Rural do Semi-Árido, Mossoró-RN, 2014.

SARLET, I. W. **Dignidade da pessoa humana e direitos fundamentais na Constituição Federal de 1988**. 7. ed. Porto Alegre: Livraria do Advogado, 2009. <https://www.lexml.gov.br/urn/urn:lex:br:redes.virtual.bibliotecas:livro:2001;000591902>. Acesso em: 12 jul. 2021.

SASSAKI, R. K. **Vida independente**: história, movimento, liderança, conceito, reabilitação, emprego e terminologia. São Paulo/SP. Revista nacional de reabilitação. 2003.

SASSAKI, R. K. **Inclusão**: acessibilidade no lazer, trabalho e educação. Revista Nacional de Reabilitação (Reação), São Paulo, Ano XII, p. 10-16. Mar/abr. 2009. [https://files.cercomp.ufg.br/weby/up/211/o/SASSAKI\\_-\\_Acessibilidade.pdf?1473203319](https://files.cercomp.ufg.br/weby/up/211/o/SASSAKI_-_Acessibilidade.pdf?1473203319). Acesso em: 22 fev. 2022.

SILVA, Rafaela. **Análise de acessibilidade para portadores de necessidades especiais e mobilidade reduzida em calçadas na Alameda Piquiá na cidade de Ariquemes-RO.** 2020, 79 folhas. Trabalho de Conclusão de Curso (Bacharelado em Engenharia Civil) – Faculdade de Educação e Meio Ambiente. Ariquemes, 2020. <http://repositorio.faema.edu.br/bitstream/123456789/2821/1/TCC%202020%20-%20RAFAELA%20MARQUES1608066928.pdf>. Acesso em: 14 fev. 2022.

SLOBOJA, Rosenilda. **A Acessibilidade e a inclusão social de deficientes físicos (cadeirantes) nas escolas público-estaduais de Goioerê, Paraná:** Superando as barreiras na educação. 2014. 42 folhas. Monografia (Especialização em Ensino de Ciências). Universidade Tecnológica Federal do Paraná, Medianeira, 2014.

SPOMBERG, T. K. **Acessibilidade enquanto pressuposto para inclusão social.** Orientador: Lilian Rodrigues da Cruz. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Psicologia) - Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre - RS, 2019.

XAVIER, Aline Do Nascimento. **Acessibilidade física em uma instituição de Ensino Superior no Semiárido.** Angicos: 2013. 72 fl. Monografia (Graduação em Ciência e Tecnologia).